

VICENTE REIS MEDEIROS

# O PENSAMENTO BELTRANIANO COMO PROPEDÊUTICO À ÉTICA JORNALÍSTICA

---

*EL PENSAMIENTO BELTRANIANO  
COMO PRELIMINAR A LA ÉTICA PERIODÍSTICA*

---

*LUIS BELTRÃO'S LINE OF THINKING  
AS PROPAEDEUTIC TO THE  
JOURNALISTIC ETHICS*

*Recebido em: 14 jul. 2013*

*Aceito em: 7 out. 2014*

**Vicente Reis Medeiros:** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS, Brasil). Mestre em Comunicação Social pela PUCRS. Graduado em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela PUCRS.

**Contato:** [vicentermedeiros@gmail.com](mailto:vicentermedeiros@gmail.com)

ISSN (2236-8000)

cultura e mídia

## RESUMO

A filosofia jornalística de Luiz Beltrão é centrada, neste texto, como proposta de fundamento ético para uma prática noticiosa orientada à valorização da entidade humana em seu contexto societário. Em complemento – e objetivando uma análise comparativa de seus pressupostos com a atividade corrente –, são delineados os valores-notícia norteadores da seleção e produção jornalística, a fim de oferecer uma reflexão crítica acerca do ideal de uma prática pedagógica e a verificação de uma produção motivada por elementos diversos, e a visão de Meneghetti como definição do fundamento ético humano e resposta ao sentido de bem comum beltraniano.

**PALAVRAS-CHAVES:** Jornalismo; Luis Beltrão; Valores-notícia; Ética; Meneghetti.

---

## RESUMEN

La filosofía periodística de Luiz Beltrao se centra en este texto como una propuesta de fundamento ético de la práctica periodística orientada al reconocimiento del humano en su contexto social. Además - y con el objetivo de un análisis comparativo de sus supuestos con la actividad actual - se describen en la guía de selección de valores de noticias y producción periodística con el fin de ofrecer una reflexión crítica sobre el ideal de una práctica pedagógica y la verificación de una producción motivado por varios factores, y la visión de Meneghetti como definición del fundamento ético humano y el sentido del bien común beltraniano.

**PALABRAS-CHAVES:** Periodismo; Luiz Beltrão; Valores-noticia; Ética; Meneghetti.

---

## ABSTRACT

The journalistic philosophy of Luiz Beltrão is centered, in this text, as a proposal of the ethical basis for news practice aimed to the value of the human entity in its societal context. In addition – and focusing on a comparative analysis of its assumptions with the current activity – it is set the guiding news values of journalistic selection and production, in order to offer some critical reflection about the ideal of a pedagogical practice and the examination of production encouraged by varied elements, and the vision of Meneghetti as definition of human ethical basis and response to Luiz Beltrão's *common good*.

**KEYWORDS:** Journalism; Luiz Beltrão; News values; Ethics; Meneghetti.

## 1 NOTA BIOGRÁFICA

**Luiz Beltrão de Andrade Lima** (1918 – 1986) nasceu em Olinda (PE). Estudou humanidades no Seminário de Olinda e no Colégio Estadual de Pernambuco. Graduou-se em ciências jurídicas e sociais na Universidade do Recife, quando já exercia o jornalismo no Diário de Pernambuco, e trabalhou para a Folha da Manhã. Na carreira literária, escreveu três obras reconhecidas: Os senhores do mundo (Prêmio Othon Bezerra de Melo), Quilômetro zero (prêmio de ficção da Secretaria da Educação de Pernambuco) e Itinerário da China (Prêmio Orlando Dantas). Presidiu a Associação da Imprensa de Pernambuco, foi vice-presidente da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais, delegado do Brasil no Comitê de Colaboração dos Jornalistas, em Paris, e do Comitê Internacional de Formação Profissional dos Jornalistas, em Nova Deli. Foi catedrático fundador de “Técnica em Jornal” do curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega, da Universidade Católica de Recife, e professor de “Ética, História e Legislação de Imprensa” da Faculdade de Filosofia N. S. de Lourdes, de João Pessoa, na Paraíba.

## 2 ÀS VOLTAS COM UMA FILOSOFIA JORNALÍSTICA

Uma das obras nas quais o autor desenvolve o argumento acerca dos valores humanos para formação e atuação do jornalista é Iniciação à filosofia do jornalismo. O texto está dividido em quatro partes: As manifestações do jornalismo, narrando a origem e evolução da atividade e delineando elementos técnicos, como os concernentes ao papel, ao rádio e à imagem; Os caracteres do jornalismo, em que aprofunda a atualidade, variedade, interpretação, periodicidade, popularidade e promoção do jornalismo; Os agentes do jornalismo, na qual retrata as figuras do público, do editor, do técnico e do jornalista; e As condições do jornalismo, que serão tratadas neste excerto. Além disso, cabe destacar que o trabalho é fruto de teses elaboradas e debatidas pelo autor em congressos, de pesquisas em outros países, de encontros internacionais de jornalismo e de conteúdos dos cursos supracitados e por ele ministrados.

Preliminarmente a adentrar nos conceitos e valores defendidos na obra, cabe sublinhar sua visão em relação à função do jornalista na sociedade, compreensão essa bastante particular ao se confrontar com outros estudiosos brasileiros do tema. Já no prefácio, cita-se Alceu Amoroso Lima<sup>1</sup>: “a grande finalidade moral e social do jornalista (...) vai além da finalidade puramente informativa. O jornalista medíocre informa por informar; o autêntico jornalista informa para formar” (BELTRÃO, 1960: 9), que por si só reclama uma formação muito mais ampla do profissional que aquela puramente técnica. Mas é numa definição da atividade que Luiz Beltrão expõe a sua compreensão – ou o anseio de um período histórico – do que é e para o que serve o periodismo: “Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” (BELTRÃO, 1960:62).

Beltrão extrapola a concepção de um jornalismo puramente informativo e defende a vocação de um profissional destinado a “elogiar,

<sup>1</sup> 1893 – 1983. Crítico literário, professor e escritor, adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Foi diretor do Centro Dom Vital, que congregava os líderes do catolicismo no Rio de Janeiro, e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Seu nome integra a Cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras.

explicar, ensinar, guiar, dirigir; (...) examinar os conflitos e não agravá-los com um juízo apaixonado; (...) propor soluções, amadurecê-las, torná-las fáceis, submetê-las à censura, reformá-las; (...) estabelecer e fundamentar ensinamentos” (BELTRÃO, 1960:61). Tudo isso para atingir o seu fim, ou seja, a promoção do bem comum, e elucida que essa impostação assume uma “função educativa, visando esclarecer a opinião pública para que sinta e aja com discernimento, buscando o progresso, a paz e a ordem da comunidade” (BELTRÃO, 1960: 62).

### 2.1 CONDIÇÕES QUE SE ALIMENTAM: A LIBERDADE E A RESPONSABILIDADE

Quase como numa balança, o jornalismo precisa se equilibrar em dois valores ligados intrinsecamente, assim como o direito e o dever: a liberdade e a responsabilidade. Beltrão introduz que o primeiro valor é definido de fora para dentro, cuja garantia e competência é das sociedades e do Estado; já o segundo é próprio do agente, parte dele e é exigido pelo indivíduo, pela comunidade e também pelo Estado. Interessante notar que o autor delimita tais condições como aprióricas à atividade jornalística, chegando ao ponto de prever resultados nefastos diante de sua falta.

Sem a primeira, o exercício do poder opinativo não passaria de mais um instrumento – terrível, esmagador instrumento manejado pela tirania e pelo despotismo para subjugar os anseios dos espíritos e dos povos pelo seu constante aperfeiçoamento moral e material. Sem a segunda, em lugar de encaminhar o homem, a sociedade, a comunhão internacional pelos caminhos da educação e da cultura, da ordem, do progresso, da paz e da colaboração, essa força motora da vida social geraria preconceitos e ódios, aguçaria conflitos, levaria indivíduos e comunidade à desintegração, provocaria o caos e a ruína (BELTRÃO, 1960: 173. Grifos nossos)

Beltrão aponta a liberdade como um valor fundamental principalmente ao desenvolvimento da personalidade humana e da vida social. Para ser livre, indica, o indivíduo precisa de condições para expandir o seu ser e afirmar a sua personalidade. Contudo, o autor apresenta limites com a existência de restrições para esse exercício, que são aquelas ditadas pelos poderes ordenadores que integra, ou seja, não se trata de um valor infundado, ilimitado e irresponsável, ao contrário, é cerceado por princípios definidos e acordados por aquela comunidade, aos quais se deve manter aceso o respeito e a vigilância.

Para isso, o Estado assume papel central. “O poder público pode e deve limitar a liberdade individual para melhor garanti-la.” (BELTRÃO, 1960: 176). Os limites, todavia, não se restringem à ordem jurídica, mas são também morais, filosóficos e religiosos. Com isso, defende Beltrão, a sociedade será chamada a responder e analisar, assimilar ou rejeitar ideias que a impulsionam à ação.

Outra visão particular que Beltrão oferece está na alusão a Leon Duguit<sup>2</sup>, o qual defende o conceito de liberdade-dever, da liberdade-função social, no lugar da ideia de liberdade-direito. Segundo o jurista francês, a vida em sociedade é composta por uma série de deveres, de obrigações, e

<sup>2</sup> DUGUIT, Leon. Soberania y Libertad. Madrid: Beltram, 1924.

cabe ao indivíduo exercê-las. A esse ponto, Beltrão adverte que liberdade e responsabilidade são valores inseparáveis, e que a liberdade não significa indiferença ao bem geral e individual, mas sim o direito de fazer o que se deve. Esse entendimento reforça outro ponto de vista apresentado<sup>3</sup> na obra, de que a liberdade não seria um fim, mas um meio, ou seja, “ser livre” é complementado por “ser livre para alguma coisa”, do contrário, segundo o autor, a liberdade se tornará um absurdo.

A formação dos jornalistas para a liberdade, contudo, requer uma educação especial. Para desenhar como poderia se materializar essa empresa, Beltrão se vale da experiência de Joseph Pulitzer e sua Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia. Segundo o jornalista norte-americano, a principal função dos estudos especializados jornalísticos não deveria se ater ao ensino de técnicas, mas elevar ideias e fazer da alma do jornalista a alma do jornal. Outro modelo apresentado é o da subcomissão de imprensa da *Comission de Besoins Techniques*, da UNESCO, que defende a necessidade de dar ao jornalista um bom lastro de cultura geral, desenvolver o senso das responsabilidades que a atividade carrega e fornecer noções de base sobre as técnicas e métodos da profissão.

Para reforçar essa concepção, Beltrão também cita a importância dada ao ensino técnico-profissional do jornalismo nos governos socialistas e totalitários. Como exemplo, menciona o caso da URSS e do regime de Franco, na Espanha, que imprimiram as ideias e normas norteadoras do exercício da liberdade como eram entendidas entre aqueles povos.

Apesar de aprender e cultivar o valor liberdade na sua profissão, não cabe apenas ao jornalista sua manutenção e zelo. Segundo Beltrão, o povo também é merecedor de uma educação para a liberdade. Novamente, o autor traz exemplos de governos socialistas, nos quais se estuda e se debate o complexo teórico de Hegel, Marx, Lenin e Plekhanov nas escolas, fábricas e associações, e aponta a necessidade de se constituir uma “escola de leitores”, para ensinar o homem a ler e aproveitar o jornal. “Um povo apto à defesa da liberdade estará sempre vigilante, a exigir a prática de um jornalismo responsável.” (BELTRÃO, 1960: 185).

O dever consequente do jornalista face à concessão de liberdade para sua atividade é a responsabilidade. Beltrão delimita três aspectos para o exercício desse valor: para com o indivíduo e a coletividade, para com a pátria e para com a comunidade internacional.

Com uma visão particularmente jurídica – percebida, especialmente, pela corrente menção a legislações e leis –, o autor refuta veementemente qualquer comportamento contra a índole de outrem por meio de injúria, calúnia ou difamação, ainda mais porque o direito de retratação nem sempre é capaz de consertar o mal já feito. Percebe-se em seu texto, inclusive, um tom de certa forma impiedoso para quem pratica atitudes dessa natureza.

## 2.2 PRESSUPOSTOS DE UMA ÉTICA JORNALÍSTICA UNIVERSAL

Para propor a eliminação de conflitos com o cidadão, Beltrão remonta a 1888, quando Charles Anderson Dana<sup>4</sup> lançou as bases para a ética jornalística, apontando que os jornais foram feitos para servir de guia ao homem, com respeito ao indivíduo e contra o jornalismo panfletário e polêmico da sua época. No século seguinte, em 1923, foi a vez da Associação

<sup>3</sup> SHEEN, J. Fulton. O problema da liberdade. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947.

<sup>4</sup> 1819 – 1897. Jornalista norte-americano e oficial do governo.

<sup>5</sup> 1840 – 1902. Escritor francês.

Nacional dos Editores de Jornais dos Estados Unidos votar os postulados éticos dos seus membros, prezando valores como o bem-estar público e o discernimento da diferença entre o interesse público e a curiosidade pública. Dois outros nomes apontados por Beltrão são do jornalista norte-americano Walter Williams, ao defender em seu “Credo dos jornalistas” como triunfante aquele jornalismo que teme a Deus e honra o homem, e de Emile Zola<sup>5</sup>, com um jornalismo que visava purificar as condições de trabalho e evitar qualquer gênero de vileza e corrupção. Por fim, o autor faz menção a três congressos jornalísticos latino-americanos realizados em Havana (1928), Cidade do México (1942) e Caracas (1945), nos quais foi aprovado um decálogo do jornalista coibindo a calúnia, a difamação e as acusações sem provas, e ao Congresso Nacional e Panamericano de Imprensa, realizado na Cidade do México, em 1941, que compartilhava a mesma compreensão em relação à reputação das pessoas. “A Imprensa deve ser o mais fiel defensor da dignidade da pessoa humana e do respeito que merece.” (BELTRÃO, 1960: 190). Ainda em relação a esse congresso, estabeleceu-se que “os jornais devem abster-se de fomentar os vícios, estimular o crime e despertar a morbidez das pessoas através das suas informações” (BELTRÃO, 1960: 190).

Para dar mais vivacidade e clareza a esses estímulos, Beltrão elenca algumas ações que foram condenadas por congressos e assembleias subsequentes, sempre para evitar a exaltação dos baixos instintos, tais como: divulgação sensacionalista dos fatos delituosos; publicidade comercial indiscriminada de bebidas, entorpecentes e jogos de azar; apresentação de programas radiofônicos pornográficos ou de duplo sentido; exibição de jornais ou documentários cinematográficos que apresentem sequências incompatíveis com a decência e dignidade humana; publicação de fotografias e desenhos imorais.

Por certo que a busca por popularidade pelos veículos sempre foi necessária, mas cabe a discussão acerca de sua validade quando a prática jornalística ultrapassa alguns limites no horizonte do sensacionalismo. Como exemplo, Beltrão relata o caso da “Liga Protetora dos Cidadãos”, de Denver, nos Estados Unidos. O grupo fez inserir algumas normas éticas no jornal do estado, como a orientação de que as notícias não deveriam ser impróprias para um menino ou menina de 15 anos de idade, e a proibição de reportagens sobre divórcio, assassinatos, suicídios e outras formas de crime, como também de tergiversações e exageros.

De toda forma, esse não é um debate simples. Afinal, o interesse do leitor por notícias trágicas é causa ou consequência de certa linha seguida pela imprensa? Há quem defenda que a mídia simplesmente responde a um desejo do público, mas o autor entende que “o leitor reclama assuntos dessa categoria porque se tem despertado o seu interesse por tais matérias...” (BELTRÃO, 1960: 191). No texto, argumenta-se que o gosto do leitor, suas noções morais e éticas e a feição do seu interesse intelectual não são fenômenos objetivos e imutáveis, pelo contrário. Como reforço, Beltrão aponta exemplos praticados na Polônia, Tchecoslováquia, Romênia, União Soviética e República Popular da China que adotaram medidas como: supressão total do noticiário policial, parcimônia na informação sobre catástrofes e calamidades públicas, fomento na divulgação sobre melhoria do nível de vida, alevantamento dos costumes e êxito dos bons

empreendimentos. “Dessa atitude de sobriedade na informação, de segurança na orientação, de moralidade na expressão do pensamento, de bom gosto e boa medida na apresentação técnica – é que se originam o prestígio e a autoridade do verdadeiro jornalismo.” (BELTRÃO, 1960:193).

Na esfera brasileira, Beltrão retoma a lei portuguesa de 12 de julho de 1821, promulgada por D. João VI, que rechaça atitudes praticadas pela imprensa que ataquem a moral cristã, divulguem escritos ou imagens obscenas, imputem vícios ou defeitos a terceiros ou insultem com termos de ignomínia, qualificando-os como abuso à liberdade de imprensa. Uma medida interessante apontada pelo autor, a partir de um projeto de lei de 1896 para regular a liberdade de imprensa, é aquela de o jornalista assumir a autoria do seu trabalho, uma vez que o anonimato era considerado, naquele período, a “velha e terrível árvore daninha da imprensa do Império” (BELTRÃO, 1960:195).

Se ao jornalismo cabe a tomada de posicionamento na direção de alguns valores e objetivos, o autor indica algumas medidas:

(...) luta pela manutenção das garantias constitucionais e das liberdades públicas; pela erradicação do analfabetismo, popularização da cultura, elevação do nível científico, artístico e técnico das massas; pela extinção das endemias, através de campanhas sanitárias e de uma efetiva e acessível assistência médico-dentária e hospitalar; pela melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras urbanas e rurais, mediante uma crescente industrialização, reforma agrária para a valorização da lavoura e da pecuária, desenvolvimento do cooperativismo, um amplo programa de habitações populares, combate aos vícios (jogo, alcoolismo, meretrício), proporcionando-se trabalho condigno a todos os cidadãos; pela manutenção do monopólio estatal do petróleo e nacionalização das fontes de energia com a criação da Eletrobrás, posse absoluta dos nossos minerais atômicos, definitiva conquista do oeste e recuperação das regiões norte e nordeste, a fim de equilibrar a economia nacional; e, finalmente, pela extirpação da ganância, da fraude, do contrabando, das especulações, do suborno e da dissolução dos costumes, infortunadamente praticadas com largueza, tanto no domínio público como no privado (BELTRÃO, 1960: 211).

Por fim, Beltrão trata do último bem supremo ao qual o jornalista assume responsabilidades: a paz mundial. Aqui, o autor retoma a influência da imprensa, sobretudo do rádio, durante a Segunda Guerra Mundial, com a quase extinção do jornalismo pacifista, e indica a necessidade de o jornalismo brasileiro deixar de ver o mundo através de lentes alheias, devendo estabelecer agências de informação próprias nas principais capitais dos cinco continentes.

### 3 VALORES-NOTÍCIA: MARGENS DO RIO JORNALÍSTICO

Explicitar os valores-notícia – ou critérios de noticiabilidade – significa buscar compreender os elementos que conduzem o produto jornalístico a ser como é. Parte-se, nessa tarefa, de uma revisão bibliográfica de autores incansáveis em dar conta do mais abrangente leque de análises

interdisciplinares para situar a atualidade do processo de produção das notícias e permitir, assim, um confronto com os pródromos postulados por Beltrão (1960). Dessa forma, busca-se fomentar uma reflexão crítica acerca de um ideal jornalístico orientado a valores humanos e a prática corrente.

Previamente a adentrar nos critérios em si e na transdisciplinariedade que comportam, cabe introduzir a existência de uma “normalidade” – entendida como ponto de referência fundamental – que orienta a prática jornalística, i.e., um nível cuja ruptura consegue lugar de referência no mundo das notícias (TRAQUINA, 2008). Os critérios de noticiabilidade, assim, seriam os valores-notícia partilhados pela tribo jornalística, que representam a resposta à pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2009: 202).

Esses valores, no entanto, não são considerados de forma isolada. Surgem relacionados e combinados e estão presentes seja na seleção das notícias, seja nos procedimentos posteriores (WOLF, 2009), ou – conforme Traquina (2008), seleção e construção.

O conceito de noticiabilidade pode ser compreendido como:

(...) o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“newsworthiness”) (TRAQUINA, 2008: 63).

Em Wolf (2009), é possível vislumbrar um primeiro elenco de valores-notícia. O autor introduz que esses derivam de admissões implícitas ou de considerações relativas a a) os caracteres substantivos das notícias (seu conteúdo); b) a disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo; c) o público; e d) a concorrência.

Os critérios substantivos se articulam na importância ou no interesse da notícia, determinados por quatro variáveis: *grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação.*

Os critérios relativos ao produto dizem respeito à disponibilidade, i.e., quanto o evento é acessível aos jornalistas e possa ser tratado nas formas jornalísticas. Nesse contexto, entram em jogo a *brevidade*, a *novidade*, a *qualidade* da história e o *balanceamento* (composição equilibrada do noticiário em seu conjunto).

No que tange os critérios relativos ao meio, o autor apresenta a possibilidade de a informação – no caso, a televisiva – oferecer *bom material visual*; seguido pela *frequência*, que se relaciona com características do meio informativo; e pelo *formato*, i.e., limites de espaço e tempo que caracterizam o produto jornalístico.

Por fim, o autor salienta que os critérios relativos ao público tratam do papel que reveste a imagem do público, compartilhada pelos jornalistas, e os critérios relativos à concorrência, que influenciam a ação do jornalista



em relação a outros veículos.

Traquina (2008), por sua vez, pontua que os estudos de Galtung e Ruge<sup>6</sup> foram os primeiros, em âmbito acadêmico, a investigar os valores-notícias. Em resposta à pergunta *como é que os acontecimentos se tornam notícia?*, enumeraram doze valores: *frequência, amplitude do evento, clareza ou falta de ambigüidade, significância, consonância, inesperado, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, personalização e negatividade*. Os estudos nessa linha de investigação evoluíram com o tempo, cada autor a sistematizar o seu rol de critérios-notícia. Inclusive Traquina (2008) procede com sua compreensão desses elementos, citados a seguir.

Para o autor, a formulação dos critérios-notícia é composta por 16 elementos de seleção, i.e., durante o momento de escolha de um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia. São eles: *morte* (onde há morte, há jornalistas), *notoriedade* (do ator principal), *proximidade* (em termos geográficos e culturais), *relevância* (impacto na vida das pessoas), *novidade* (o que há de novo, inclusive em acontecimentos já noticiados), *tempo* (na forma de atualidade e da própria data específica), *notabilidade* (qualidade de ser visível, de ser tangível), *inesperado* (que irrompe e surpreende), *conflito ou controvérsia* (violência física ou simbólica), *infração* (violação de regras), *escândalo* (especialmente em referência às instituições democráticas), *disponibilidade* (possibilidade de se realizar a cobertura jornalística), *equilíbrio* (quantidade de notícias sobre mesmo acontecimento), *visualidade* (presença de elementos visuais, como fotos ou filmes), *concorrência* (que leva à procura do “furo”) e *dia noticioso* (dias com acontecimentos com valor-notícia e outros não).

O autor complementa, contudo, que os critérios-notícia também são aplicados durante o processo de elaboração da notícia. Para isso, elenca seis: *simplificação* (menor ambigüidade e complexidade), *amplificação* (especialmente com títulos e manchetes atrativos), *relevância* (demonstrar que a notícia tem significado para o público), *personalização* (valorização das pessoas envolvidas no acontecimento), *dramatização* (reforço do lado emocional, a natureza conflitual) e *consonância* (inserção da novidade num contexto já conhecido).

Mas tudo parte de uma realidade múltipla e simultânea, infinita em seus aspectos perceptíveis e com dados que podem ser ampliados a partir de instrumentos técnicos. Dessa complexidade, Lage (2001) fundamenta dois fins para os quais foram estabelecidos critérios de avaliação formal, a *importância* e o *interesse*. Alguns desses critérios, aponta, referem-se a impulsos psicológicos inatos, como a agressividade, a sexualidade, o possessivismo e o protetivismo, que fundamentam e orientam as mensagens jornalísticas.

Entre os critérios apresentados pelo autor, estão a *proximidade*, pelo fato de que o homem se interessa pelo que lhe está próximo; a *atualidade*, interesse do homem pelos fatos mais próximos no tempo; a *identificação social*, processada de baixo para cima da pirâmide que representa sociedades divididas em classe; a *intensidade*, relativo, sobretudo, a números; o *ineditismo*, que considera a raridade de um acontecimento; e a *identificação humana*, universo dos ídolos vivos, que se tornam a concretização de um ideal humano.

<sup>6</sup> GALTUNG, J. e RUGE, M. The structure of foreign news. Journal of International Peace Research, n.1, 1965.

A partir desse recorte, torna-se possível visualizar a pluralidade de critérios-notícia que norteiam a produção jornalística. Cabe ressaltar, no entanto, que tais valores não são estáticos, como salienta Wolf (2009). “Argumentos que alguns anos atrás simplesmente não ‘existiam’, hoje fazem normalmente notícia, mostrando a extensão gradual do número e do tipo de assuntos temáticos, considerados noticiáveis” (WOLF, 2009: 205). Mas Traquina (2008) defende que os critérios básicos têm variado pouco na história. Ele apresenta, para isso, um estudo do que foi notícia em três momentos históricos: primeiras décadas do século 17, os anos 30-40 do século 19 e os anos 70 do século 20. Em linhas gerais, as qualidades que perduraram foram o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte.

#### 4 MENEGHETTI: O FUNDAMENTO ÉTICO DO HUMANO

Após percorrer brevemente o pensamento beltraniano – disposto como fundamento para um jornalismo endereçado ao valor humano – e elencar os critérios que orientam a produção noticiosa atual, que serão confrontados na conclusão deste texto, cabe acrescentar a visão de outro pensador como ponto de chegada ao esforço do primeiro autor. Trata-se, elementarmente, do critério-último, o valor epistêmico que, de fato, torna válida e funcional a notícia ao desenvolvimento humano – elemento aparentemente deixado de lado na investigação do tema. Com isso, buscase não invalidar o esforço da filosofia jornalística de Beltrão, mas indicar o norte justo em referência ao valor humano das notícias.

Meneghetti (2010), ao justificar o fundamento de uma ciência, aponta a necessidade de um critério, que pode ser convencional ou de natureza. O critério convencional é definido por um grupo, social, filosófico, teológico ou pragmático, i.e., não derivado de uma real necessidade, e a ciência se define objetiva se responde ao critério escolhido; o critério de natureza, por sua vez, responde a uma intenção de natureza, responsável por constituir uma lei no interior dos indivíduos em nível químico, biológico, fisiológico, moral.

A natureza já tem na sua base uma lei fundamental, à qual o homem não pode se subtrair, porque existe: na medida em que é fundado, é previsto pela própria natureza. Este critério fundamental da natureza é o que defino Em Si do homem: a ordem apriorica e categórica de qualquer ser humano (MENEGHETTI, 2010: 148).

Esse critério foi individuado, isolado e especificado. Trata-se, em linhas muito abrangentes, de um objeto já pesquisado pelos primeiros filósofos e pesquisadores da civilização humana. “Sempre se soube que cada um de nós tem uma alma. Essa alma, porém, como é feita? O que é? Quais exigências tem? Quais modos estruturais tem por lei universal? Qual é a especificidade das suas exigências e do seu comportamento? Quais regras possui?” (MENEGHETTI, 2012: 85).

Mas o autor extrapola o campo puramente teórico e identifica no concreto existencial as particularidades que o definem como critério elementar por excelência. Trata-se de 15 características, também chamadas de projeções ou adaptações categóricas do Em Si ôntico na existência:

*inseico, holístico-dinâmico, utilitarista-funcional, virtual, econômico-hierárquico, vencedor, alegre, criativo, espiritual ou transcendente, agente no interior de um universo semântico, mediânico entre o ser e a existência histórica, histórico, estético, volitivo-intencional e santo.*

O que é conforme ou coincidente ao Em Si ôntico é sanidade e criatividade para o homem, no plano biológico (= plano total da saúde em sentido médico), psicológico (= personalidade funcional; entre as funções da personalidade está também a inteligência, a lógica, o pensamento, a reflexão, a exigência de verdade) e social (= funcionalidade em todos os setores da sociedade, como, por exemplo, economia, política, afetividade, pesquisa etc.) (MENEGETTI, 2010: 166).

Mas como essa descrição pode contribuir para endereçar a produção jornalística num sentido de valor humano? “Aparentemente neutra, a informação sempre age no sujeito com o qual tem contato. Quando emitida, causa um efeito no seu receptor, que é informado, sulcado e reage, consciente ou inconscientemente” (MEDEIROS, 2011: 7). Com isso, abre-se o argumento em chave psicológica para seguir na pormenorização da dinâmica humana e encontrar os elementos que reforçam ou contradizem esse princípio universal perene do homem. É deixado, assim, o preposto para pesquisas futuras.

## 5 ACENOS CONCLUSIVOS

Poucos brasileiros acreditaram no valor pedagógico da palavra escrita como sinal que indica a estrada-mestra para o público. Mesmo escassas, as poucas velas do jornalismo deixaram acesas suas chamas na esperança de que um candelabro iluminasse a razão pública em direção àquilo que é o valor humano. Certamente Luiz Beltrão foi um desses fochos. Do breve *en passant* por sua obra, cabe agora resgatar e analisar alguns elementos com a contribuição dos escritos sobre os valores-notícia e as constatações de Meneghetti, a fim de encaixar as peças deste estudo e lançar indagações para pesquisas ulteriores.

### 5.1 A VISÃO DE BEM COMUM COMO FIM ÚLTIMO DO JORNALISMO

Uma de suas bandeiras mais contundentes, sem dúvida, é aquela que aponta o fim último do jornalismo como promotor do bem comum. Mas o que seria o bem comum? Segundo seus escritos, inferimos – pois ele não explicita – ser uma condição na qual a opinião pública sente e age com discernimento, buscando o progresso, a paz e a ordem da comunidade.

Por todo o texto, Beltrão deixa rastros de sua formação em ciências jurídicas e sociais. Basta verificar que muitos dos seus argumentos são alicerçados em leis e sua linguagem, muitas vezes, assemelha-se a escritos jurídicos. Por isso, torna-se sóbrio observar que sua concepção de *bem comum* resida naquilo que a legislação entende por esse valor. Em âmbito social, essa lógica estaria adequada e permite concluir que, para o autor, o jornalismo atuaria como uma extensão do Direito, i.e., complemento ideológico de manutenção da ordem social.

Ao se realizar uma dialética ascendente, porém, constata-se que também os pilares jurídicos são critérios convencionais. E o avanço nessa empresa só se torna possível a partir das contribuições de Meneghetti acerca da constituição original do ser humano, que depois é replicada no corpo social. Ao estender a compreensão beltraniana – enriquecida com os pressupostos meneghettianos –, vislumbra-se que o bem comum seria tudo aquilo que, como acenado anteriormente, é conforme ou coincidente ao Em Si ôntico humano. “Este critério-base é igual para todos, mas se especifica diversamente em cada indivíduo. Os modos de aplicação definem-se historicamente, na exceção do acontecimento” (MENEGETTI, 2010: 150).

## 5.2 INFORMAR PARA FORMAR: O SENTIDO PEDAGÓGICO DA PROFISSÃO

Outra compreensão de Beltrão alinhada com um propósito de jornalismo promotor de valores humanos reside na preocupação de que o profissional se valha de sua atividade cotidiana como instrumento de formação da comunidade em que atua. Essa visão encontra respaldo nos escritos de Marcondes Filho (2002), nos quais são apresentados os cinco momentos históricos que compõem o jornalismo, de uma atividade puramente humana e intelectual, parida com a aurora do conhecimento às massas, até a imposição de novos ritmos e regras com o avanço e supremacia da tecnologia.

A visão beltraniana se identifica com o chamado *Primeiro jornalismo*, praticado entre 1789 e 1830 na Europa. Considerada o auge do frisson social, político e cultural entre as fases do jornalismo apontadas por Marcondes Filho, essa época é marcada pela exposição do obscurantismo à luz e do esclarecimento político e ideológico, que deságua no desmoronamento do poder que facilitava a submissão e a escravidão. “Enquanto eu não sei que o poder é algo dos homens, associado a seus interesses de domínio e exploração de outros homens, eu acredito que ele é ‘natural’, que Deus e a natureza criam homens para mandar e outros para servir” (MARCONDES FILHO, 2002: 11). É nesse período que o jornalismo se profissionaliza com o surgimento da redação, com a divisão entre diretor e editor, auroresce o artigo de fundo e a autonomia redacional. “Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política” (MARCONDES FILHO, 2002: 12).

O complemento exposto na obra de Marcondes Filho reforça uma vocação da profissão que se esvaiu com o espírito do tempo, mas que encontrou alento nos pressupostos de Beltrão. Meneghetti (2004) também acentua o caráter educativo da atividade, apontando que a linha jornalística possui forma específica em função de uma obrigação, “(...) caso contrário, não se vende” (MENEGETTI, 2004: 259). Remete-se, aqui, ao *Segundo jornalismo* identificado por Marcondes Filho (2002). Apesar da metamorfose técnica e objetiva da profissão, cabe ao jornalista a tarefa de romper o círculo vicioso. “(...) pode-se usar a imprensa como meio para educar a massa, em vez de alimentar a sua perversão. Para isso, porém, é necessário que o jornalista readquira o profundo conhecimento

da comunicação, remetendo-se às fontes que motivam a comunicação” (MENEGETTI, 2004: 159).

### 5.3 VALORES HUMANOS PARA NOTÍCIAS DE VALOR

Um dos desafios que a pesquisa em comunicação se coloca é compreender por que as notícias são como são. Beltrão, igualmente, inquieta com perguntas que buscam entender se o interesse do leitor por notícias trágicas – valor apontado por todos os autores analisados, mas também presente em outras literaturas – é causa ou consequência do modelo de atuação da imprensa. Deixa-se aqui, igualmente, outra possibilidade de estudo aprofundado, especialmente a partir das contribuições substanciais da pesquisa de Meneghetti.

Pelo quanto analisado, não se torna conveniente subjugar a definição dos valores-notícia apenas a partir de uma lógica de serviço às exigências de um público caracterizado de determinada forma. Certamente já seria um contributo enriquecedor. Contudo, é prudente ter em consideração o contexto econômico no qual a produção jornalística se encontra, i.e., como explicitado por Wolf (2009), os elementos ligados à disponibilidade de material e à concorrência – que inevitavelmente formam o modelo de atuação vigente.

Com o breve resgate trazido neste texto, identifica-se também certa seleção natural dos temas noticiados. Do grande rol de notícias disponibilizadas com o passar do tempo, filtra-se, através do público, aquelas mais consumidas. Com isso, perfila-se uma linha satisfatória às exigências dos receptores, independentemente dos efeitos produzidos.

Definitivamente, visualiza-se o ponto de virada que permitiria ao jornalismo adotar uma prática pedagógica no sentido de valorização da entidade humana. Se o critério determinante que motiva a seleção e elaboração dos fatos em notícia residir apenas no público, o jornalista se verá refém das contradições e metamorfoses sociais que se desenrolam na história e seguirá se guiando por um critério convencional. No entanto, tem-se a ocasião de direcionar o esforço jornalístico centrado no critério de natureza aportado por Meneghetti, que representa a resposta e o complemento ao sentido de bem comum beltraniano. Aqui, igualmente, abrem-se inúmeras possibilidades de investigações operacionais no sentido de especificar as estratégias de aplicação desse critério na prática jornalística cotidiana.

### REFERÊNCIAS

BELTRÃO, L. Iniciação à filosofia do jornalismo. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960.

LAGE, N. Ideologia e técnica da notícia. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

MARCONDES FILHO, C. Comunicação e jornalismo: A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2002.

MEDEIROS, V. Genialidade do líder: guia para comunicar a real

identidade de uma empresa. 2011. Trabalho de conclusão de curso (MBA Business Intuition – Empreendedor & Cultura Humanista) - Faculdade Antonio Meneghetti, Recanto Maestro, Brasil, 2011.

MENEGHETTI, A. Dicionário de Ontopsicologia. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. Manual de Ontopsicologia. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. Sistema e personalidade. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2004.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, M. Teorias das comunicações de massa. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.